



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO: A “DEVOÇÃO” AO SENHOR BOM JESUS DO BONFIM NA/DA BAHIA

Francisco Antonio Nunes Neto¹

RESUMO

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre as memórias da Festa e dos festejos ao Senhor Bom Jesus do Bonfim na Bahia a partir de 1745. Neste sentido, este texto de caráter introdutório apresenta preliminarmente as origens remotas da devoção e culto a Este Senhor na Bahia, integrando-se ao conjunto de estudos e pesquisas sobre as histórias das festas e os festejos populares no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Festa. Devoção. Tradição. Memória. Identidade. Bahia. Brasil.

ABSTRACT

This article is part of an ongoing doctoral research on the memories of the festival and the festivities to Senhor Bom Jesus do Bonfim in Bahia since 1745. Thus, this text of and introduction, has preliminarily the remote origins of devotion and worship to this Lord in Bahia, integrating the set of studies and research about the stories of feasts and festivals popular in Brazil.

KEYWORDS

Party. Devotion. Tradition. Memory. Identity. Bahia. Brazil.

RESUMEN

Este artículo es parte integrante de una investigación de doctorado en andamio sobre las *memorias* de la *Fiesta* y de las celebraciones al *Señor Buen Jesús del Bonfim* en Bahía a partir de 1745. En este sentido, este texto de carácter introductorio, presenta preliminarmente los orígenes remotos de la devoción y culto a este Señor en Bahía, integrándose al conjunto de

estudios y pesquisas sobre las historias de las fiestas y las celebraciones populares en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Fiesta. Devoción. Tradición. Memoria. Identidad. Bahía. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As origens remotas da devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim na Bahia e das representações (CHARTIER, 1990) a Ele elaboradas remontam ao século XVIII, de acordo com as referências e fontes de pesquisa existentes sobre esta temática. Neste sentido, seguir a “direção” como dito no trecho da música em destaque, relaciona-se, em Salvador, com a história desta que é a mais forte entre as manifestações de “fé” pública e popular na/da Bahia. *Direção* que como farol e fio condutor ao longo de 277 anos tem movido uma legião de fiéis de diversas nacionalidades, de diversos credos, de diversas cores e classes sociais à Colina Sagrada para demonstrar sua devoção ao Senhor da Colina, na segunda quinta-feira do mês de janeiro.

O conceito de “representação” tal como formulado por Roger Chartier nos possibilitou tocar no conjunto de fontes e referências sobre os “festejos” ao Senhor Bom Jesus do Bonfim, prescrutando entre as “representações” elaboradas as formas de enunciação sobre esta prática cultural. Dessa maneira, através das fontes e referências que constituem-se em documentos primordiais para a realização deste estudo, como por exemplo os Jornais Diário de Notícias, Diário da Bahia e demais documentos e fontes de pesquisa como as atas e anuários da Irmandade Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, intentamos ler as histórias sobre as homenagens ao Senhor da Colina Sagrada, identificando

[...] como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categoriais fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1990, p. 16)

Aos nossos dias, os “festejos” ao Senhor Bom Jesus do Bonfim iniciam-se com um “cortejo” de fiéis às 10 horas da manhã na segunda quinta-feira do mês de janeiro, num percurso de aproximadamente 8 km que tem como ponto de partida a Igreja de Nossa Senhora Conceição da Praia e como ponto de chegada a Colina Sagrada – entre foguetes, sinos, preces e samba (PENNA, 1978) –, local onde encontra-se a Igreja do Senhor do Bonfim que anualmente atrai mais de um milhão de pessoas entre devotos do Santo, moradores da cidade e turistas de outros estados brasileiros assim como de outros países, que em sua maioria trajam-se de branco, cor que simboliza e identifica o Senhor Bom Jesus do Bonfim na tradição católica e Oxalá nas tradições sacro-africanas.

2 AS ORIGENS DA DEVOÇÃO AO SENHOR BOM JESUS DO BONFIM NA BAHIA

No Brasil, a “invenção da tradição” (HOBSBAMM, 1997) de celebrar e festejar o Senhor Bom Jesus do Bonfim relaciona-se com a figura de Theodózio Rodrigues Faria, capitão de Mar e Guerra. Em 28 de novembro de 1742 o capitão Theodózio e a tripulação da Nau Setúbal conseguiu aportar em Lisboa após livrar-se de um pavoroso temporal que quase os fizeram naufragar. Este fato evidencia indícios da crença que Rodrigues Faria passou a ter no Bom Jesus do Bonfim. Em solo português, como sinal de agradecimento “prosseguiram, descalços, em procissão, levando a vela do traquete para a igreja de Nosso Senhor da Boa Morte” (BAHIA, 1995). De retorno à Salvador em 1745, o capitão de Mar e Guerra trouxe consigo uma imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim em pinho de riga medindo 1,06 de altura semelhante a existente em Setúbal e, junto com ela, em si, o desejo em dar continuidade a fé que havia livrado-os do infortúnio da morte. De acordo com Eric Hobsbawm (1997, p.9),

[...] por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza natural ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Na época em que se inscreve os indícios da “tradição” e devoção ao Bom Jesus do Bonfim na Bahia, o Papa Bento XVI era o Pontífice da Igreja Católica, André Melo e Castro vice-Rei na Colônia da Bahia e D. João V Rei de Portugal.

Já havia em Portugal o costume da devoção ao Bom Jesus nas cidades Areosa, Setúbal, Pova, Chamusca, Minho, Porto, Vila Real, Valença, Carreço e Portoalegre. No Brasil, a imagem do Bom Jesus foi primeiramente colocada na Igreja de Nossa Senhora

do Rosário do Pópulo da Penha de França de Itapagipe ou simplesmente Igreja da Penha, edificada em Itapagipe em 1743. Neste lugar nasceu a devoção ao Santo durante a Páscoa, período em que a Igreja Católica relembra a morte e a ressurreição do Cristo Crucificado. A escolha do lugar deve-se ao fato de ter sido o local onde Theodózio Faria desembarcou festivamente com a sua tripulação em 1745. De acordo com as fontes e estudos existentes sobre as origens da devoção ao Senhor do Bonfim, em 18 de abril de 1745 Theodózio Faria solicitou ao então Arcebispo da Bahia D. José Botelho de Matos permissão (licença) para fundar na Bahia a Irmandade de devotos leigos, de cuja missão seria zelar e manter o culto ao Bom Jesus do Bonfim e à Nossa Senhora da Guia, desenvolver atividades sociais dentro dos princípios da Igreja como a evangelização e a catequese, assim como, zelar conservar e manter o patrimônio da Devoção.

Após a composição do grupo gestor, a Irmandade passou a denominar-se Devoção do Senhor do Bonfim, quando, logo em seguida, configurou-se a Mesa Administrativa da Devoção ao Senhor do Bonfim constituída pelos cargos de juiz, escrivão, tesoureiro, procurador, zelador, benfeitor e mordomos, tendo como cuidador-responsável o capitão Theodózio que morando na Cidade Alta transferiu-se para o Alto do Bonfim estabelecendo residência na atual rua do Faria, onde faleceu no ano de 1757. Seu corpo foi sepultado na nave central no interior da Igreja do Bonfim, onde ainda hoje, milhares de fiéis transitam, não sabendo que ali jaz o capitão de Mar e Guerra Theodózio Rodrigues Faria, um dos principais responsáveis no estabelecimento e institucionalização da devoção ao Senhor do Bonfim no Brasil. (TAVARES, 1964, p. 36) Era prática cultural no Brasil enterrar os falecidos mais abastados no interior das Igrejas e os pobres em suas cercanias. Na lápide onde encontram-se depositados os restos mortais corpo

do capitão Rodrigues Faria, lê-se: *“Aqui jaz o Cap. De Mar e Guerra Theodózio Roiz de Faria, primeiro benfeitor desta Igreja”*.

Entretanto, o costume de enterrar os mortos no interior das Igrejas ou em áreas adjacentes foi interdito pelos poderes locais em quase meados do século XIX. De acordo com o saber médico em vigor naquele contexto, as “epidemias” que assolavam a população como o cólera morbus, a peste bubônica, a varíola, o tifo, a febre amarela, a bexiga, dentre outras, relacionavam-se com o costume de enterrar os mortos nos termos então praticados, assim como da ausência de saneamento, da utilização de cloacas ou quartos de despejos localizados no interior das casas, do esgoto a céu aberto e da existência de grande quantidade de ratos responsáveis pela causa de várias doenças (DAVID, 1996). Durante a Regência, em virtude das interdições, as irmandades passaram a adquirir terrenos aos quais denominaram “campo santo”, onde realizariam os sepultamentos. A introdução desta prática cultural – de sepultar longe dos limites das Igrejas – foi contestada por setores da população que armada de foices, facas, facões, enxadas e demais instrumentos, promoveram verdadeira devassa nos cemitérios. Este fato ocorrido entre 1834 e 1835 entrou para a história da Bahia e do Rio de Janeiro como “Cemiterada” (REIS, 1991).

Embora sempre citado na documentação que trata das origens remotas da Devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim e da edificação da Igreja deste Santo na Bahia, existem poucos indícios ou indícios menos substanciais sobre a vida do capitão Theodózio Rodrigues Faria, traficante de escravos, que estabeleceu relações comerciais entre a Bahia, Europa e África, como consta nos documentos da Devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim, Irmandade fundada em 1745. Além de traficante Faria era Administrador dos Fumos, cargo criado pelo Marquês de Pombal cuja função era inspecionar e separar o produto a ser vendido no comércio exterior. A função do capitão como traficante não consta nem na documentação consultada nem nos estudos existentes sobre o início da devoção ao senhor do Bonfim

na Bahia, o que nos mobiliza a questionar quais teriam sido os motivos e fatores que imperaram para que não fosse grafado na documentação e atas da Devoção ao Bom Jesus do Bonfim a condição do capitão como traficante de escravos, uma vez que, não era estranho e nem coibido pela Igreja tal prática.

Além de Theodózio Rodrigues Faria, Salvador de Brito Ribeiro foi outro traficante de escravos que praticava a fé a Este Santo católico, embora na Bahia setecentista os traficantes de escravos e marinheiros tivessem apreço e devoção especial por São José, tendo fundado na Igreja Santo Antonio da Barra uma Irmandade composta por comerciantes da Costa da Mina (BAHIA, 1995). Entretanto, quanto à devoção ao Bom Jesus do Bonfim – a quem recorriam para solicitar ajuda no desenvolvimento das suas atividades comerciais – a fé dos traficantes de escravos pode ser lida através da quantidade expressiva de ex-votos esculpido em madeira com cenas de viagens marítimas e das tormentas, objetos guardados no Museu dos Ex-Votos sob os cuidados da Devoção ao Bom Jesus do Bonfim.

Entre os anos de 1746 e 1754 processou-se a construção da Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim num local que, provavelmente, tenha pertencido a algum proprietário de terras da região, uma vez que na época, em Itapagipe, a maioria das faixas de terra pertencia aos donos de engenho e políticos da cidade. Em larga medida é possível afirmar que a edificação do Templo tornou-se possível através do recebimento do terreno doado e às expensas do dinheiro obtido com a louvação do Santo, primeiramente, entre uma massa de devotos composta por pescadores, negros livres, brancos, pequenos comerciantes e demais moradores da região de Itapagipe. Neste contexto, segundo Katia Mattoso (1992), a construção das igrejas era uma atribuição do rei de Portugal, mas, até onde se sabe, nenhuma espécie de auxílio foi prestado pela Coroa portuguesa. Curiosamente, embora tenha havido ampla participação popular no processo de construção da Igreja, notamos que desde a primeira composição, a Mesa Administrativa da Devoção ao Senhor do Bonfim foi constituída apenas por representantes das camadas sociais privile-

giadas. O que isso poderia significar uma vez que há uma nota dissonante entre os personagens que majoritariamente colaboraram para que a Obra se efetivasse e os outros personagens que, como representantes, estavam legitimados a legislar em seu nome?

Do ponto de vista arquitetônico a Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim seguiu os modelos das Igrejas portuguesas, sobretudo o modelo projetado pelo arquiteto português Manuel Roiz João Pedro para a Igreja de Setúbal construída em 1689. Uma vez edificada, a Igreja da Colina Sagrada do Bonfim passou a pertencer à Paróquia de Santo Antônio Além do Carmo como as demais então existentes na Cidade Baixa.

Em junho de 1754, quando da conclusão da primeira etapa da construção da Igreja do Bom Jesus do Bonfim, o Templo foi inaugurado com missa festiva sendo a imagem do Bom Jesus transferida da Igreja da Penha para sua nova morada à Colina Sagrada, em solene, imponente e concorrida procissão. Governava a Bahia D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Menezes e Athaide, 10º conde da Autoguia e 6º vice-Rei do Brasil. A prelazia ficou aos encargos do Arcebispo D. José Botelho de Mattos. No contexto de sua inauguração a Igreja não possuía grandes atrativos arquitetônicos, por esse motivo, não figurava entre as mais suntuosas da Bahia na época da sua fundação. (VIANNA, s/a, p. 35) Na primeira etapa foi inaugurado apenas a Capela-Mor e Altar onde foram entronizadas as imagens do Senhor Bom Jesus do Bonfim e da Nossa Senhora da Guia, esta esculpida em madeira e medindo 90cm, trazida também de Setúbal por Theodózio Rorigues de Faria. Nossa Senhora da Guia passou a ser cultuada juntamente com o Senhor Crucificado, seu Filho. Estas Imagens possuem além do valor religioso, dimensões de objetos de arte que as distinguem.

O conjunto escultórico da Imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim é composto por uma cruz, um aparelho de prata contendo barra decorativa, ponteiras, placa com a inscrição INRI, resplendor, cravos com pedras preciosas, coroa de espinho e mandorla. Esta imagem

foi esculpida, retratando o momento em que, agonizando, em expressão de dor e com a cabeça pendente sobre o ombro direito, o Senhor Bom Jesus do Bonfim entrega sua alma a Deus Pai. A cruz que atualmente é vista na Basílica do Bonfim não é a originalmente vinda de Setúbal. Esta, que foi substituída em 1853, contém uma guarnição que a reveste e uma placa onde se lê: “feita no anno de 1853, sendo thesoureiro Manoel Martins Torres”. Em 1892 a Imagem do Santo foi colocada em um nincho de metal doado pelo comerciante Olímpio Afonso Moura. A imagem de Nossa Senhora da Guia em vestes ornadas com motivos florais, insinua-se estar sendo insufladas pelo vento. Compõe a Imagem um globo com nuvens azuis, róseas e amarelas e quatro querubins onde numa peanha e de pé Ela carrega no braço esquerdo a Imagem do Deus Menino e na mão direita uma estrela-guia de prata dourada que simboliza a orientação que dá aos seus filhos.

O lugar onde foi edificada a Igreja foi escolhido pelo capitão Theodózio Faria pela beleza do sítio e disposição topográfica, uma vez que, a localização no alto de uma colina possibilitaria a Igreja ser vista à longa distância na cartografia da cidade. Da mesma forma, era crença da época, herança medieval, que a altura era um dispositivo de localização que facilitava a inter-comunicação entre Deus e os homens (fiéis). Como já dito anteriormente, a efetivação das obras tornou-se possível em virtude das doações feitas à Mesa Administrativa da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim desde o contexto em que a Imagem ainda encontrava-se na Igreja da Penha. Assim, o projeto do capitão Faria efetivou-se com os poucos recursos do próprio capitão, das doações feitas pelos romeiros e demais devotos em dinheiro, velas, azeite para as lâmpadas, objetos decorativos para a Igreja, alfaias, terrenos, dentro de uma infinidade de outros donativos em nome da fé. O Templo e o seu entorno foram ganhando nova feição com a continuidade da construção das torres e dos seus campanários com terminações em forma de bulbos recobertas com azulejos amarelos, a sacristia, a sala dos milagres, o frontão, as portas e varandas laterais.

Em face às constantes visitas dos fiéis à Colina Sagrada, as áreas adjacentes à Igreja passaram por processos de urbanização e paisagismo. As ações modernizadoras visavam criar mecanismos que facilitassem o acesso dos devotos ao lugar, num contexto em que chegar ao Alto do Bonfim não era tarefa das mais fáceis, visto que, Salvador não possuía meios de transportes capazes de satisfazer às demandas então apresentadas. Distanto Itapagipe do centro urbano da cidade do Salvador,

[...] o acesso por terra era extremamente complicado, pois os terrenos da baixa que ligava a cidade à área hoje conhecida como Calçada eram extremamente alagadiços, ficando o transeunte, muitas vezes, a mercê da maré para conseguir chegar até a península. Este acesso era realizado sempre em lombo de animais ou ainda nas cadeirinhas de arruas. A maneira mais fácil de acesso a esta região, sem dúvida, era através da baía de Todos os Santos, em barcos e saveiros. O desembarque ocorria no Porto de Mont Serrat, localizado próximo à igreja de Mont Serrat, na extremidade interna da baía, ou no porto dos Pescadores, localizado na parte interna da baía, no sopé da Colina do Bonfim. (SANTANNA, 2009, p. 116)

Através das doações e esmolas angariadas entre os fiéis, continuamente, novos empreendimentos modernizadores iam alcançando o lugar através das ações modificadoras da Mesa Administrativa da Devoção do Senhor do Bonfim, tais como a abertura da Avenida Dendezeiros (1798), o calçamento da Ponte da Pedra (atual Ladeira do Binfim), a urbanização da praça onde o desdobramento das comemorações ao Santo tomou lugar à medida que o número de fiéis foi crescendo (1810) e a abertura de uma ligação entre a Baixa do Bonfim, Largo de Roma e Calçada, numa extensão de mil metros. Para a realização destas obras a Mesa Administrativa da Devoção do Senhor do Bonfim não contou com o auxílio dos recursos financeiros do poder público, como pode ser observado nas atas de reuniões, anuários, revistas e demais documentos da Irmandade. Havia no conjunto dessas ações modernizadoras a intenção em valorizar a Igreja do Senhor do Bonfim.

Até o estabelecimento da tradição que celebra os *festejos* ao Senhor Bom Jesus do Bonfim no mês de janeiro, por conta das questões de ordem político-religiosas, esta celebração já aconteceu em meses distintos no calendário de festas religiosas na Bahia. Por exemplo, até 1803 quando houve a introdução das “novenas” no habitário das práticas religiosas da Igreja e em 1804 quando o Papa Pio VII concedeu autorização para que as homenagens ocorressem sempre no segundo domingo do mês de janeiro após a Epifania – dia que festeja-se o Santíssimo Sacramento –, as reverências e homenagens ao Santo aconteceram em distintos meses do ano como fevereiro (1763), abril (1765), maio (1769) e setembro (1771), embora a partir de 1773 o mês de janeiro já fosse o praticado por escolha da Mesa Administrativa da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. No mesmo ano da concessão feita pelo Papa Pio VII também foi aprovada pela Mesa Administrativa a entronização da imagem de São Gonçalo do Amarante então tido entre as moças casadoiras como casamenteiro. Sobre este Santo daremos maior grafia no decorrer deste estudo.

De acordo com a documentação da Devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim já citada neste texto, os “festejos” a Este Senhor duravam dez dias começando com as novenas e terminando com a realização de missas solene e campal no domingo. Entretanto, de acordo com os Jornais Diário de Notícias, Diário da Bahia e A Tarde, assim como nas demais referências analisadas, as homenagens ao Santo encerravam-se efetivamente na Segunda-Feira do Bonfim. Esta, a partir dos anos 30 do século XX, passou a ser praticada entre os baianos como prévia do carnaval de Salvador. Utilizando o bordão “tristezas não pagam dívidas” como fartamente noticiado no Jornal Diário de Notícias durante toda a década de 1930, grande parte da população da cidade fizera-se presente.

No largo da Igreja em 1849 já encontravam-se construídas as casas dos romeiros, fiéis que deslocavam-se das mais longínquas localidades do Estado para os rituais litúrgicos tanto no contexto da “festa”

e dos “festejos” quanto em outras ocasiões e que não podiam regressar no mesmo dia para às suas cidades de origem. Era costume entre os romeiros dirigir-se à Colina Sagrada para pagar promessas ao Senhor do Bonfim por Ele haver intercedido em problemas de calamidade pública, em males de saúde e em toda sorte de graça concedida. A presença costumeira dos romeiros e demais fiéis na Colina Sagrada foi dando a tônica a dimensão de fé e crença no Santo, fato que favoreceu na multiplicação do números de devotos crescente a cada ano. De acordo com o Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, tesoureiro da Devoção entre os anos de 1884 e 1934, o culto ao Senhor do Bonfim tomou vasta proporção em virtude da presença dos romeiros que passaram a divulgar as graças alcançadas fruto da devoção ao Santo.

No início do século XIX os adeptos e devotos do Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim passaram a utilizar como artefatos da fé a “medida”, os “registros” e as “estampas” do Senhor do Bonfim e de Nossa senhora da Guia, que naquele contexto, simbolizavam ao mesmo tempo espécie de souvenirs e amuletos sagrados utilizados pelos fiéis como marca da crença no Santo e da graça que objetivavam lograr. A “medida”, como originalmente denominava-se as fitinhas do Bonfim por conter o tamanho exato do braço esquerdo da Imagem do Senhor do Bonfim – distância entre a mão até a altura do coração – foi criada em 1809 por Manoel Antonio da Silva Servo, tesoureiro da Devoção do Senhor do Bonfim, com o objetivo de angariar entre os fiéis fundos para a Igreja. Bordada à mão, a “medida” era feita em tecido de algodão e ornada com fios dourados. Era usada pelos fiéis como marcador de livros, proteção e relíquia (BAHIA, 1995, p. 3). Em larga medida, juntamente com a propagação da graças alcançadas por intermédio do Santo através dos romeiros, as “medidas” proporcionaram a difusão do nome do Santo no Brasil e em outros países (SANTANNA, 2009, p.139).

Como decorrência do processo de industrialização das coisas e dos objetos, a “medida” foi substituída –

do ponto de vista do formato – pelas “fitinhas do Senhor do Bonfim” que não mais produzida artesanalmente na Bahia passou a ser industrializada em São Paulo. Mesmo assim, continuaram sendo vistas por todos os lados “dependuradas nos automóveis ao lado do chofer, no escritório comercial, na residência do pobre e do rico” (TAVARES, 1964, p.44). Atualmente, a forma como é usada pelos fiéis a distingue da sua concepção original.

No decorrer do século XIX registram-se a instituição de outras modificações, tais como, a devoção e festa ao Santíssimo Sacramento (1811), as obras de talha na capela-mor pelo entalhador Antonio Joaquim dos Santos, alcunhado por “Juca Pataca” (1814), pintura do teto e das laterais baseado na Escola Flamengo realizada por Antonio Joaquim Velasco (1817-1819), primeira saída da imagem do Senhor do Bonfim do seu nicho sagrado (1823), composição de músicas para as novenas pelo musicista Damião Barbosa de Araújo (1839), instalação do relógio fabricado pelo baiano José Francisco Tavares na torre esquerda (1848), reconstrução da torre ao lado do Evangelho (1849), implantação do serviço de iluminação mantido a gás carbônico (1862), inauguração do adro da Igreja, do chafariz na praça, colocação do gradil de ferro que contorna a Igreja, instalação da estátua do Cristo Redentor, primeira imagem do Santo em praça pública no Brasil (1863); assentamento dos azulejos portugueses na fachada do Prédio (1873), assentamento das pedras do adro da Igreja e construção da Capelinha das Almas ou Santa Feliciano (1885). Com o apoio do poder local, o Arcebispo em exercício proibiu a lavagem no interior do Templo em 1890, reafirmando a proibição em 1899 o Arcebispo D. Luis. Estas informações sobre as modificações no Templo e no seu entorno, constam tanto nos Jornais Diário de Notícias e Diário da Bahia, quanto na documentação da Devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim.

A história da Igreja do Senhor do Bonfim confunde-se com a própria história de sua construção processada em mais de duzentos anos. Construção aqui é

entendida tanto do ponto de vista da edificação e arquitetura do prédio-morada do Senhor quanto relativo ao conjunto de práticas, normas e regras ao culto do Santo iniciadas em 1746 quando da implantação da pedra fundamental no lugar onde se erigiu o Templo.

Neste sentido, no decorrer do século XX outras ações modificadoras foram implementadas, tais como a instalação elétrica na fachada do Templo (1902), aprovação do primeiro Estatuto da Devoção do Senhor do Bonfim por D. Jerônimo Tomé da Silva (1918), aprovação do Hino Oficial do culto a Imagem do Senhor do Bonfim por D. Jerônimo Tomé da Silva (1923), “sagração” da Igreja por D. Miguel de Lima Valverde, baiano, arcebispo de Olinda (1923), publicação do primeiro estudo sistematizado sobre a história das origens da Devoção ao Senhor Bom Jesus do Bonfim pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho (1923), elevação da Igreja do Bonfim à condição de Basílica Menor pelo Papa Pio XI (1927), colocação dos quadros da Via Sacra trazidos de Milão (1927), entronização da imagem do Coração de Jesus trazida de Barcelona (1929), lançamento da campanha Telhado Novo (1969), inauguração do Museu dos Ex-Votos criado pelo tesoureiro da Devoção Rubem Freire de Carvalho Tourinho (1975), criação do emblema das Opas da Irmandade de autoria do mesário Dr. Mário de Sousa Gomes (1977), promulgação do atual estatuto (1981), decretado por D. Lucas Moreira Neves “Ano Jubilar” em função das comemorações de 250 anos da chegada a Bahia da Imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim e de Nossa Senhora da Guia (1994) e visita do bispo de Setúbal D. Manuel da Silva Martins e do Padre Manuel Viera à Colina Sagrada (1995)

Sobre a história da Devoção do Senhor Bonfim, associação pública de fiéis regida pelo Código do Direito Canônico, cumpre destacar que esta manteve um caráter eminentemente elitista na composição de seus cargos, durante muitos tempos ocupados apenas por homens de cujas idoneidades moral, cristã e cidadã fossem indubitáveis. Entretanto, em meados do sécu-

lo XIX, a partir das fontes documentais, as mulheres passaram a ser assimiladas como “irmãs mesárias”. Como já mencionado, o primeiro estatuto da Devoção foi aprovado no ano de 1918 pelo Arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva.

Segundo este documento, para fazer parte da Devoção como membro o requerente tinha que atender a alguns requisitos, por exemplo: não pertencer a sociedades secretas, não fazer parte de partidos políticos, estar em plena comunhão com a Igreja Católica Apostólica Romana, possuir maioria civil e ter um trabalho aceito como lícito na sociedade. Ainda, como requisito para o limitado número de vagas, ser bacharel em Direito e Contabilidade para as funções de Procurador e Tesoureiro, respectivamente. Através dos nomes de alguns engenheiros, jornalistas, professores das faculdades de medicina e direito e políticos que passaram pela Devoção como membros, percebemos fortemente uma dimensão de classe. Dentre estes nomes figura: Carlos Costa Pinto, Sophia Henriqueta de Aguiar Costa Pinto, Adolfo Espinheira Freire de Carvalho, José Joaquim Seabra, Carlos Marback de Andrade, Maria Augusta Marback de Andrade, Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira, Clemente Mariani, a família Freire de Carvalho, dentre outros conhecidos na história da Bahia.

Trienalmente são escolhidos novos membros (“irmãos dignatários”) da Mesa Administrativa que, dentre as atribuições listadas no Estatuto, encarregam-se pela organização da “festa” que homenageia o Senhor do Bonfim e cuida da continuidade da divulgação do seu Nome. A Mesa é composta pelos irmãos dignatários nas funções de Juiz, Tesoureiro, Escrivão e Procurador. As eleições ocorrem em Assembleia geral com a presença dos irmãos devotos. Entre estes, distinguem-se os “beneméritos” – prestadores de serviço ao culto e às obras mantidas pela Devoção do Senhor do Bonfim – a quem é concedido a Comenda do Senhor Bom Jesus do Bonfim, que quando completam setenta e cinco anos de idade, ascendem à condição de “mesários eméritos”.

Na Basílica da Colina Sagrada há um conjunto de quadros que tem como objeto central Este Santo. Estas representações também tornaram-se objeto de devoção e culto para as diversas invocações a Ele solicitadas através das Imagens: *A Morte do Justo*, *A Morte do Pecador*, *Jesus no Horto das Oliveiras*, *Jesus na Presença de Pilatos*, *A Flagação de Jesus*, *Jesus Coroado de Espinhos*, *Jesus Atado com a Cana Verde*, *Jesus Rumo ao Calvário*, *Bom Jesus Sofredor*, *Senhor Bom Jesus dos Passos*, *Senhor Bom Jesus dos Navegantes*, *Bom Jesus da Lapa*, *Bom Jesus do Monte Santo*, *Senhor Bom Jesus do Bonfim*, este último, também cultuado em Portugal e entronizado na Bahia como Senhor do Bonfim, seu padroeiro, mas ao longo da sua história do Brasil também cultuado em diversas partes deste território. No período medieval haviam dois momentos em que eram prestadas homenagens ao filho de Deus: o Natal e a Páscoa face ao nascimento e Paixão de Cristo quando com mais vagar a Imagem do Menino Jesus ou Crucificado era cultuada.

Do Altar-Mor onde encontra-se entronizada, a Imagem do Senhor do Bonfim, por algumas vezes ao longo de sua história na Bahia, deixou seu nicho sagrado indo ao encontro dos fiéis que a Ele, por algum motivo de comoção coletiva, suplicava intercessão. Neste sentido, registram-se as seguintes saídas da Imagem da Colina Sagrada: em 1823 saiu pela primeira vez para a Igreja de São Domingos no Terreiro de Jesus para uma procissão de penitência em função da instabilidade política vivida no Estado por conta da guerra de Independência da Bahia tendo ali permanecido durante nove meses por determinação do general português Madeira de Melo. Finda a guerra o Senhor do Bonfim retornou para o seu Altar-Mor como herói e padroeiro da Bahia e do Brasil.

Em 1842 saiu para a Igreja de São Francisco em virtude da grande seca que assolou a Província e outras localidades como o Sertão baiano, em 1855 saiu para a Catedral da Sé onde em solenes missas

rezavam-se pela intercessão no “Cólera Morbus” que assolou drasticamente a população baiana; em 1923 no dia 03 de julho por ocasião do centenário da Independência do Brasil, na Bahia, a Imagem foi conduzida na Galeota do Senhor dos Navegantes até o cais do porto, dali seguindo para a Igreja da Vitória, neste mesmo ano houve a consagração da Capela e do Altar-Mor; em 1942 encontrou-se com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição da Praia pelo fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 em comemoração aos 200 anos da chegada das Imagens do Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim e Nossa Senhora da Guia em 24 de junho de 1745; em 1959 pela comemoração do bicentenário da Freguesia de Nossa Senhora da Penha, em 1961 pelo Jubileu de Ouro da sagração episcopal de D. Augusto Álvaro da Silva; em 1976 em comemoração ao tricentenário da criação da Arquidiocese de São Salvador, em 1980 em função da primeira visita do S.S. o Papa João Paulo II em missa campal no Centro Administrativo da Bahia; em 1994 pela comemoração dos duzentos e cinquenta anos da chegada das Imagens de Setúbal e pelo encerramento das Missões e em 1º de dezembro de 1996 em função da vinda de São Paulo da Imagem de Nossa Senhora Aparecida numa missa concorrida no Estádio Otávio Mangabeira, Fonte Nova.

Aos nossos dias as devoções a Este Santo na Bahia podem ser verificadas, além de Salvador, em Ilha de Maré, Macaúbas, Senhor do Bonfim, Feira de Santana, Muniz Sodré, Muritiba, Chorrochó, Nilo Peçanha, Xique-Xique, Jequiriça, Mucurerê, Santo Amaro da Purificação, Nova Lima, Amélia Rodrigues, Anguera, Barra do Choça, Ibititá, Itabuna, Jussari, Palmeiras, Tremendade, Rio do Pires, Mata de São João, Nilo Peçanha, Piatã, Jequiriçá, Rio do Pires e Canavieiras. Em outros estados brasileiros, existem devoções em Campo Grande/MS, Grajaú/GO, Pirinópolis/GO, Silvania/GO, Catas Altas/MG, Bocaiúva/MG, São João Del Rei/MG, Ouro Preto/MG, Diamantina/MG; Aracitaba/MG, Bonfinópolis/MG, Rio de Janeiro (capital/Copacabana) e em Angra dos Reis e Magé; Olinda/PE, Aparecida/

SP, Sorocaba/SP, Salgado/SE, Laranjeira/SE, Marechal Deodoro/AL, Serra da Raiz/PB, Fortaleza e Crateús/CE, Conceição do Araguaia/N, Paraíba e Pará.

A “festa” ao Senhor Bom Jesus do Bonfim continua integrando o ciclo de festividades religiosas

no Brasil. Em Salvador, a cada ano renovam-se tanto a fé no Santo quanto a presença e participação de novos fiéis que continuam disputando lugar nas novenas, na lavagem, nas missas e na continuidade dos festejos que ocorrem na parte externa do Templo.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jéferson. **A Hierarquia das raças**. Negros e Brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BAHIA. **Devoção de um povo**: dois séculos e meio. Salvador: Devoção do senhor do Bonfim, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. O Contexto de François Rabelais. Tradução por Yara Frateschi. São Paulo / Brasília : Hucitec / EDUNB, 1993.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. **A Devoção do Senhor J. Do Bom-Fim e sua História**. Salvador: Typ. De São Francisco, 1923.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **A Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARQUES, Xavier. **Uma tradição religiosa na Bahia**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Bahia, n. 46, p. 159-167, 1920.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **BAHIA, SÉCULO XIX**. Uma Província no Império. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PENNA, Jurema. **Festas Tradicionais de Salvador**. Ciclo de Verão. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 1978.

PIERSON, Donald. **Brancos e Prêtos na Bahia**. 2. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1974.

QUIRINO, Manoel. **A Bahia de outr’ora**: vultos e factos populares. 2. ed., Bahia: Livraria Econômica, 1922.

REIS, João José Reis. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

RISERIO, António (1988). **A Bahia com “H”** - uma leitura da cultura baiana. In: REIS, João José (Org.). Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPq, p. 144-165.

SANTANA, Mariely Cabral de. **Alma e Festa de uma Cidade**: devoção e construção na Colina Sagrada. Salvador: EDUFBA, 2009.

SERRA, Ordep. Rumores da Festa. **O sagrado e o profano na Bahia**. 2. ed., Salvador: EDUFBA, 2009.

TAVARES, Odorico. Bahia. **Imagens da terra e do povo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VIANNA, Hildegardes. **Folclore Brasileiro**. Bahia. Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Assuntos Culturais; Fundação Nacional das Artes; Instituto Nacional do Folclore: Rio de Janeiro, s/a.

Recebido em: 20 de novembro de 2012
Avaliado em: 5 de dezembro de 2012
Aceito em: 12 de dezembro de 2012

I Doutorando em Cultura e Sociedade/IHAC (UFBA) e Professor da Universidade do Estado da Bahia Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias/Campus V - xicco7@hotmail.com